

Diversidade Sexual e Inclusão Social: Violência Homofóbica na Permanência de Travestis em Domínios Formais da Educação

Thiago Luiz Sartori¹
Bruno Gomes Pereira²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar discursos de gestores escolares acerca da permanência de alunos transexuais e travestis nos domínios da educação formal. A Fundamentação Teórica deste estudo está alojada na interface entre Direitos Humanos (DH) e Análise do Discurso (AD) Francesa, considerando que as projeções discursivas foram analisadas a partir de um olhar interdisciplinar. A Metodologia de pesquisa constitui-se a partir de um survey de tratamento qualitativo, pois o desenvolvimento das análises considerou aspectos intersubjetivos como motivadores dos desdobramentos de sentidos. Os resultados revelam a disjunção entre acesso e permanência a partir da ótica dos DH, caracterizando um forte teor de violência homofóbica nos domínios escolares.

Palavras-chave: direitos humanos, discurso, diversidade sexual, políticas públicas.

Sexual Diversity and Social Inclusion: Homophobic Violence in the Permanence of Transvestites in Formal Domains of Education

Abstract: This work aims to analyze the speeches of school administrators about the permanence of transsexual and transvestite students in the domains of formal education. The Theoretical Foundation of this study is housed in the interface between Human Rights (HR) and French Discourse Analysis (DA), considering that the discursive projections were analyzed from an interdisciplinary perspective. The research methodology is based on a qualitative treatment survey, as the development of the analyzes considered intersubjective aspects as motivators of the unfolding of meanings. The results reveal the disjunction between access and permanence from the perspective of HR, characterizing a strong content of homophobic violence in school domains.

Keywords: human rights, discourse, sexual diversity, public policies.

Introdução

A discussão acerca de Políticas Públicas (doravante PP) que tentam assegurar o acesso e a permanência de pessoas transexuais no contexto da educação superior tem ganhado diferentes contornos no âmbito das investigações científicas. Isso porque há uma disjunção ideológica entre o discurso propagado acerca das referentes PP em relação a sua efetivação concreta nos domínios sociais. Isso, por sua vez, abre precedente para problematizações diversas em todas as áreas do conhecimento humano.

¹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo, Câmpus de Vila Mariana (SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>; E-mail: tlsartori@hotmail.com.

² Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN) e do Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli (UniA), Câmpus de Santo André (SP). Orientador do Instituto de Pesquisa e Educação Continuada da Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4083-3210>; E-mail: brunogomespereira_30@hotmail.com.

Nesse sentido, o desencontro entre aquilo que é propagado pelas PP de inclusão de pessoas trans e sua efetivação social revela desdobramentos de sentidos acerca das definições de “acesso” e de “permanência” destas pessoas no contexto educacional. Algumas pessoas científicas tentam responder a esta assimetria de maneira satisfatória, ao passo que entendem que esta disjunção semiotiza o próprio desencontro discursivo de uma sociedade maior, capaz de englobar os contextos de uma educação dita formal (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; ALTMANN, 2013; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004; CANDAU, 2003; CANÇADO, 1993).

Diante disso, faz-se pertinente a elaboração deste artigo, o qual tem como objetivo analisar discursos de gestores acerca da permanência de alunos transexuais e travestis nos domínios da educação formal. Isso, por sua vez, colabora para o entendimento de PP educacionais, que se mostram voláteis, na medida em que procuram se encaixar às transformações de uma sociedade dita líquida (BAUMAN, 2008; BAUMAN, 2004).

O referido objetivo de investigação mostra-se concomitante à seguinte problemática de pesquisa: *O que revelam os discursos de gestores escolares no que se refere à permanência de alunos transexuais e travestis nos domínios da educação formal?*

Para respondermos, de maneira satisfatória, ao referido problema de pesquisa, fizemos uso de uma fundamentação teórica de natureza interdisciplinar, a qual se desenhou a partir da interface entre Direitos Humanos (doravante DH) e Análise do Discurso (doravante AD), de procedência francesa. Isso porque partimos da premissa de que os DH problematizam questões relativas ao que se é assegura a toda pessoas, visando garantir a sua dignidade como ser humano dentro de qualquer escopo social (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; ALTMANN, 2013; COMPARATO, 2008; CARVALHO, 2007; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004; CANDAU, 2003; CANÇADO, 1993). Em consonância a isso, a AD apresenta-se como uma possibilidade teórico-metodológica eficiente quanto à captura de projeções ideológicas em práticas discursivas dos sujeitos sociais (PEREIRA, 2020; PEREIRA, 2016; BEZERRA, 2014; BLOMMAERT, 2014; BRAIT, 2014; CUNHA, 2011; FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996; BAKHTIN, 2006; BAKHTIN, 2003; BAKHTIN, 1984). A partir disso, entendemos que podem ser mobilizadas de maneira complementar.

O sentido que atribuímos ao termo “interdisciplinar” é condizente com o proposto por Fazenda (2008) e Lima (2008), quando os autores discutem questões referentes aos deslocamentos do saber humano. De acordo com os pesquisadores, procurar estabelecer

fronteiras rígidas aos conhecimentos humanos é uma medida, no mínimo, ingênua, ao considerarmos que os conhecimentos são (re) construídos constantemente.

A metodologia desenvolvida constituiu-se a partir de um survey formado por quatro (04) perguntas abertas e fechadas direcionadas às pessoas ligadas, de alguma forma, à gestão da educação formal. Tais perguntas versam sobre a dinâmica do espaço escolar a partir de questões ligadas à diversidade sexual e à permanência de alunos trans no contexto de ensino escolarizado.

O survey se constitui como uma técnica de pesquisa pertinente ao contexto social de investigação acadêmica, pois nos permite mapear, de alguma maneira, uma determinada realidade. Isso, por sua vez, parece convergir com uma abordagem qualitativa de tratamento dos dados, partindo da premissa de que esta agrega perspectivas discursivas para compreensão dos dados (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; LAKATOS; MARCONI, 2013; BORTONIRICARDO, 2008; SEVERINO, 2007).

Os resultados revelam a disjunção entre acesso e permanência a partir da ótica dos DH, caracterizando um forte teor de violência homofóbica nos domínios escolares. Nesse sentido, compreendemos que o olhar da gestão escolar apresenta-se como coautor de uma ideologia social que se configura heterocêntrica.

Esperamos que este artigo possa se tornar convidativo para o desenvolvimento de demais pesquisas a serem feitas a partir deste escopo teórico, de maneira a conferir a este assunto a importância que ele merece. Isso porque a evolução das demandas sociais deve ser fator influenciador da evolução também do pensamento científico, o qual deve ser semiotizador de demandas emergentes do ser humano.

Direitos Humanos e as Políticas Públicas da Educação

Neste tópico, apresentamos alguns procedimentos teóricos que alicerçam a proposta deste artigo. Para isso, lançamos mão de conhecimentos acerca de noções de respeito e dignidade a partir dos DH, bem como de ideologia e discurso da AD francesa, corrente teórico-filosófica alojada nos estudos da linguagem.

Os DH, inicialmente pensados como uma possibilidade teórica de natureza jurídica, tem apresentado um vasto desdobramento a respeito de sua abrangência. Em outros termos, os DH

têm ganhado relevância em todas as áreas do conhecimento científico, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, considerando os seus desdobramentos de interesse investigativo por todos os tipos de relações sociais que envolvem aspectos ligados à convivência do ser humano em todos os domínios sociais (SARTORI, 2022; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004; CANDAU, 2003).

A partir disso, pesquisas acadêmicas passaram a utilizar noções dos RH em confluência com outros percursos teóricos, os quais podem colaborar com a compreensão de convivência social e de permanência do homem em domínios diferentes. No caso deste artigo, a referida confluência teórica é desenvolvida a partir do diálogo com a AD francesa, corrente dos estudos da linguagem densamente utilizada em investigações que utilizam a linguagem como manifestação de sentidos oriundos de uma conjuntura social (PEREIRA, 2016; BRAIT, 2014; CUNHA, 2011; FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

A Figura 01 ilustra o movimento dialógico entre DH e AD que caracteriza esta proposta de discussão.

Figura 01 – Movimento dialógico entre DH e AD



Fonte: Dos Autores.

A figura acima é constituída por três (03) esferas, as quais sugerem um movimento articulatório, que se semiotiza a partir de zonas fronteiriças que se apresentam de maneira sobreposta. Esta sobreposição, por sua vez, parece formar espaços dialógicos, em que é possível desenvolver desmembramentos da relação humana. No centro da imagem, representado pela esfera maior e de cor rosa, podemos encontrar as PP, entendidas aqui como um fator transitório, responsável por agregar situações de relações entre pessoas a partir de conhecimentos legislativos aplicados à educação. Na parte superior, identificada por uma esfera de cor azul, temos a AD, a qual se encarrega de auxiliar no mapeamento ideológico dos respondentes a partir da captação de discursos advindos de uma estrutura formal da educação no país. Por fim, na esfera inferior, identificada pela cor amarela, temos os DH, corrente teórica que orienta a perspectiva de respeito e convivência entre as pessoas nos eixos sociais.

Da AD francesa, nos interessamos pelas noções de discurso e de ideologias que nos ajudam a pensar as projeções sistemáticas das PP em contextos educacionais formais. Em outras palavras, compreender os discursos institucionalizados pode ser uma maneira satisfatória de mapearmos o distanciamento entre aquilo que é dito e propagado pelas PP em detrimento da maneira prática em que tais conceitos políticos são operacionalizados nos domínios escolares.

Nesse sentido, estamos entendendo como discurso as práticas sociais construídas a partir de pressupostos localizados no tempo e no espaço em que o sujeito se constitui. Portanto, o discurso a que fazemos referência assume propriedades ressignificadas a partir dos seus enunciadores e dos conjuntos de valores que estes sujeitos agregam a partir de seu contato com o mundo (PEREIRA, 2020; FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

Para tanto, ainda conforme a AD, estes discursos assumem caráter abstrato, partindo da premissa de que se constituem como uma espécie de recombinação de vozes sociais, as quais reverberam princípios já difundidos em algum recorte temporal e espacial. Assim, não se trata de algo novo, mas sim de algo socialmente engajado em diferentes contextos, seguindo inúmeros parâmetros (BEZERRA, 2014; BLOMMAERT, 2014; BRAIT, 2014; CUNHA, 2011).

Por outro lado, esta postura abstrata do discurso parece se mostrar paulatinamente concreta a partir do momento que entendemos o procedimento das vozes que o constituem. Em outras palavras, o discurso se materializa a partir do momento em que os conceitos de mundo

se fundem e, com isso, podemos construir sentidos a partir das demonstrações da linguagem (PEREIRA, 2016; BEZERRA, 2014; FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

Logo, ao entendermos que as PP que regem a estrutura da educação são motivadas por discursivos secularmente existentes, passamos a compreender que as projeções de falas dos gestores representam o discurso de uma esfera sociopragmática maior que eles próprios, colocando-os no papel de sujeitos que reproduzem uma ideia característica do lugar em que falam. Assim, não se trata apenas do que o gestor pensa, mas sim de uma maneira representativa do que a escola formal, enquanto instituição ideológica, acredita como pertinente no que tange ao comportamento referente à diversidade sexual.

A partir disso, a percepção de ideologia que a AD assume tem relação com a esfera do sentir, ainda que esta não despreze a esfera do agir/falar. Em outros termos, a AD compreende a ideologia como a relação indissociável entre subentendido e pressuposto, o que se materializa a partir da propriedade linguística da “intencionalidade” (BRAIT, 2014; FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

Portanto, a ideologia se constitui como um bojo semiótico de caráter intersubjetivo, partindo do princípio de que o ato de “querer algo” mostra-se implícito nas relações sociais. Isso porque o discurso é carregado de sentidos, os quais são construídos aos poucos a partir da relação entre enunciadoreis sociais (BRAIT, 2014; FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

Nesta pesquisa, a ideologia é representada pelas forças abstratas que motivaram as projeções de falas dos sujeitos da pesquisa, fazendo-os adotar critérios pessoais responsáveis por motivar a postura desses gestores a frente de alguma instituição de ensino. Por isso, entendemos que a representação ideológica acerca da diversidade sexual na escola é apenas um primeiro fator responsável por possíveis consequências em outros domínios sociais.

Por outro lado, ainda que de maneira complementar, nos interessamos mais de perto pelas noções de respeito e dignidade a partir dos DH, compreendendo-as como representações sociossemióticas do discurso difundido pelas PP no contexto educacional brasileiro. Portanto, como elementares ao entendimento dos sentidos de “acesso” e “permanência” das pessoas trans nos domínios da educação formal.

De maneira dialógica e dialética, as noções de respeito e dignidade a partir dos DH são representadas por uma ótica uníssona, ou seja, impossível de se pensar de forma dissociada.

Nesse sentido, é pertinente entendermos que são esferas basilares ao entendimento do bem-estar do homem em diferentes contextos sociais, conferindo-lhe o direito de acesso ao que se é comum ao homem, tal como saúde, saneamento básico e educação, por exemplo (SARTORI, 2020; ALTMANN, 2013; COMPARATO, 2008; CARVALHO, 2007; CANÇADO, 1993).

Ao tomarmos a educação como exemplo, passamos a entender as PP como materializações do estado, visando garantir ao homem o usufruto a estes bens sociais. Nesse sentido, podemos citar como exemplo, a retomada à ideia constitucional de “educação para todos”, bastante difundida pelos discursos das estruturas sociais estatais (SARTORI, 2022; ABRAMOVAY; CASTRO 2004; CANDAU, 2003).

Nesse sentido, a ideia de respeito e dignidade parecem agregar valores de vozeamento de grupos desvalorizados ou deixados à margem em situações pontuais da prática relacional humana. Assim, converge com princípios de valorização do sujeito que se constrói na condição de subalterno entre as estruturas sociais (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004; CANDAU, 2003).

Aqui, estamos alojando neste grupo as pessoas trans, considerando os diferentes efeitos de sentidos que sua permanência no domínio escolar da educação formal pode surtir. Assim, a partir disso, passamos a diferenciar, brevemente, a assimetria entre a ideologia do “acesso” em detrimento da ideologia da “permanência” do aluno trans na realidade escolar.

Permanência de Pessoas Trans no Ambiente Escolar

Algumas pesquisas acadêmicas problematizam a diferença entre o ato de ter “acesso” e o ato de “permanecer” no contexto educacional escolar a partir de diferentes percepções teóricas. Especificamente, é necessário tomarmos como referência a atuação das pessoas trans no referido ambiente interpessoal, considerando que isso é fator essencial ao entendimento da assimetria entre os referidos conceitos (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020).

No domínio investigativo das PP da educação, parece existir um teor lacônico muito grande nos discursos institucionalizados. Estes, por sua vez, parecem não dar conta de expressar a carga semântica e valorativa agregadas à ideia de “acessar” e “permanecer”, sendo, muitas vezes, utilizadas como sinônimas em situações funcionais da prática discursiva das PP (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004; CANDAU, 2003).

Entretanto, partindo do princípio dos DH, especialmente quando falamos de diversidade sexual, a relação entre “acessar” e “permanecer” torna-se ainda mais polarizada. Considerando a garantia do bem-estar das relações humanas, há um distanciamento considerável entre tais ideologias. Isso nos leva a considerar que o “acesso” pode representar um avanço nas PP aplicadas à diversidade sexual. Todavia, ainda se constitui como uma medida que não garante os DH em sua totalidade, isso porque se esgota a partir do ato de “colocar o aluno na escola” (SARTORI, 2020).

A visão positivista contida na ideologia do “acessar” abre precedente para um verdadeiro massacre às pessoas trans nos domínios escolares formais, partindo da premissa de que colabora, ainda que de maneira indireta, à proliferação da violência homofóbica. Isso porque os alunos trans acabam não tendo nenhum, ou quase nenhum, tipo de amparo na escola, o que os fazem passar por situações constrangedoras e vexatórias, as quais, muitas vezes, acabam impunes (ALTMANN, 2013; COMPARATO, 2008).

Nesse sentido, “permanecer”, de acordo com os DH, passa a ser visto como um verdadeiro desafio aos gestores escolares, pois exigem cuidados de natureza política, social e psicológica que devem ser aferidos às pessoas trans no âmbito escolar. Entretanto, isso pouco acontece, o que nos leva a entender que os DH não são totalmente usufruídos pelos alunos trans, ainda que, ideologicamente, as PP educacionais sejam adeptas a um discurso dissemelhante (SARTORI, 2020).

A permanência de alunos trans no âmbito escolar exige dos seus respectivos dirigentes um olhar empático e, sobretudo, justo, partindo do pressuposto de que estes alunos são, perante aos DH, sujeitos sociais. Em outras palavras, têm os mesmos direitos de todos os demais seres humanos. Nesse contexto, assegurar a permanência destes alunos implica ações de inclusão pedagógica e socialmente engajadas, de maneira a retomar saberes de todas as procedências dos campos humanos (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020).

Em suma, a compreensão aqui discutida se faz pertinente à discussão travada neste artigo, considerando a disjunção discursiva no campo das PP, quando nos atentamos ao que é garantido pelos DH e o que o contexto escolar parece oferecer como realidade ao aluno trans.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida por uma proposta de survey, o qual desenvolveu dados analisados aqui sob uma perspectiva qualitativa de tratamento científico. Isso, por sua vez, mostra-se pertinente aos estudos em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, partindo do pressuposto de que nos ajuda a mapear outros domínios sociais, passíveis de análise e descrição científica.

A pesquisa survey, embora seja utilizada com frequência para obter dados estatísticos, mostra-se versátil, pois nos convida a pensar projeções investigativas além dos números. Isso, por sua vez, exige do pesquisador um olhar sensível às práticas sociais, partindo da premissa de que os números são instrumentos semiotizadores de discursos sociais predominantes, ganhando, pois, diferentes interpretações a julgar o seu contexto de coleta (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; LAKATOS; MARCONI, 2013; BORTONI-RICARDO, 2008; SEVERINO, 2007).

No caso deste artigo, a pesquisa survey se desenvolveu por intermédio da aplicação de um questionário com quatro (04) questões, sendo três (03) abertas e uma (01) fechada. Este questionário, por sua vez, foi disparado para pessoas que ocupam ou que tenham alguma relação com a dinâmica de gestão no contexto escolar formal. Foi disponibilizado de maneira eletrônica, por meio do uso da ferramenta *Google Forms*, ficando disponível aos respondentes por um prazo de dez (10) dias. Acreditamos que este recorte de tempo tenha sido pertinente à rotina dos respondentes, visando não atrapalhar sua dinâmica e atuação profissional. Obtivemos um total de dezessete (17) respostas, as quais constituem o *corpus* de pesquisa deste artigo.

A abordagem qualitativa, bastante utilizada no campo de investigação dos fenômenos sociais no contexto da educação, é caracterizada pelo seu teor subjetivo no momento do tratamento dos dados. Isso porque exige do pesquisador uma sensibilidade no entendimento das dinâmicas discursivas, despertando uma postura de construção de sentidos a partir do viés comportamental das práticas humanas (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; BORTONI-RICARDO, 2008).

No contexto desta pesquisa, a referida abordagem nos faz entender a importância das falas dos respondentes como medidas discursivas de legitimação e compreensão das respostas

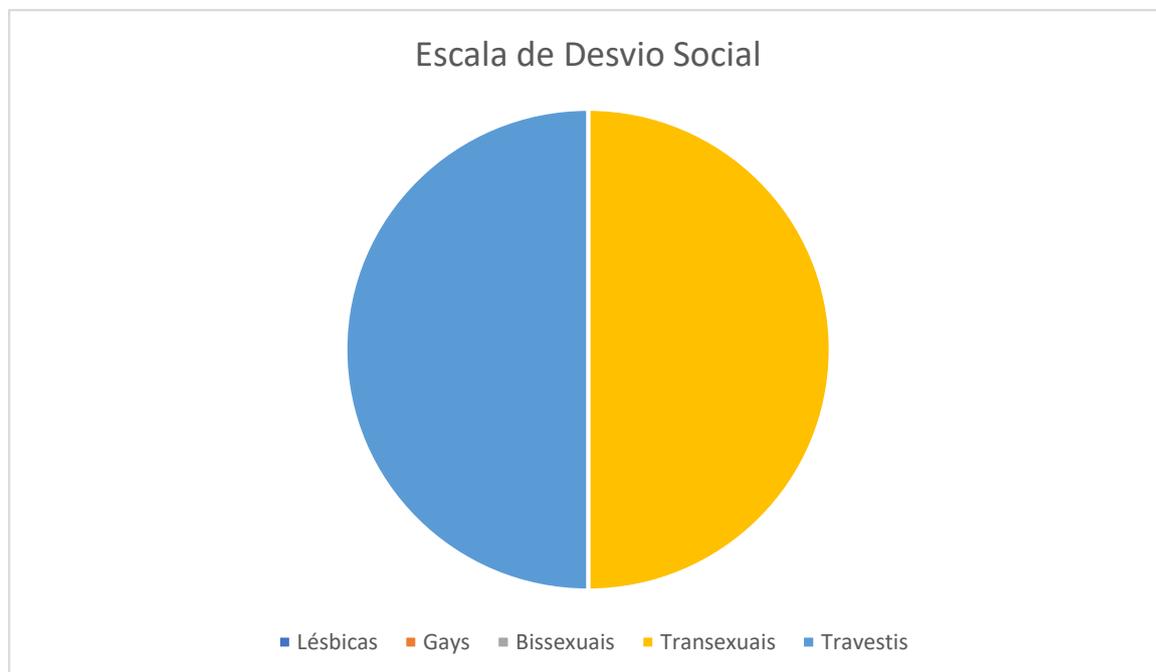
das perguntas fechadas. Isso, por sua vez, retoma à ideia de construção e desdobramentos interpretativos aqui propostos, ainda que lançando mão desta técnica de coleta de dados.

Resultados e Discussão

Neste tópico, apresentamos os resultados obtidos pela pesquisa, os quais constituem o *corpus* de investigação. É necessário afirmar, entretanto, que os fragmentos analisados e descritos aqui não constituem a totalidade dos resultados coletados. Estes foram aqui dispostos a partir da sua relação com a temática, compreendendo sua representação dentro do escopo investigativo deste artigo.

Ao serem recebidas a pergunta/solicitação “Faça uma escala de desvio social onde 1 seria o mais desviante e 5 o menos desviante entre os grupos: Lésbicas 1 - 2 - 3 - 4 - 5 / Gays 1 - 2 - 3 - 4 - 5 / Bissexuais 1 - 2 - 3 - 4 - 5 / Transexuais 1 - 2 - 3 - 4 - 5 / Travestis 1 - 2 - 3 - 4 - 5”, os respondentes apresentaram como resposta a representação contida no gráfico abaixo.

Gráfico 01 – Escala de desvio social



Fonte: Da Pesquisa.

O Gráfico 01 ilustra a ideia de grupo homoafetivo que mais distoia da padronização heteroformativa contida no subconsciente do gestor escolar, respondente da pesquisa. No contexto investigativo deste artigo, utilizamos a denominação “desvio social” para semiotizar o desencontro identitário do aluno na escola e o contexto social maior em que está inserido.

De acordo com o gráfico acima, 50% dos respondentes indicaram os alunos transexuais, enquanto os outros 50% dos respondentes indicaram os travestis. Os grupos de alunos homoafetivos entendidos como lésbicas, gays e bissexuais não receberam o conceito ‘1’ dos gestores que responderam à pesquisa. Nesse caso, há, portanto, um distanciamento nas respostas entre travestis e transexuais em relação aos demais grupos homoafetivos.

Na tentativa de explicar a porcentagem acima, recortamos o seguinte comentário de um respondente, que consiste em sua justificativa da escala de desvio social. Em tempo, por razões éticas, optamos por não revelar a identidade do sujeito.

Travesti. Considerando o “desvio” como um rótulo imposto pela sociedade, compreendo que o travesti é o que mais deixa aparente sua orientação sexual.

De acordo com o fragmento, o travesti seria o perfil de aluno homoafetivo que mais apresenta desvio social em relação ao contexto escolar formal. Nesse sentido, como justificativa, o gestor evidencia a ideia de que se trata daquele que “mais deixa aparente sua orientação sexual”.

Do ponto de vista dos estudos discursivos, há uma ideologia de segregação entre sujeitos no contexto efetivo das práticas sociais. Isso porque parece trazer à tona percepções estereotipadas da homoafetividade como parâmetro de entendimento do termo “desvio”. Nesse sentido, o gestor parece se guiar por um discurso pejorativo cristalizado historicamente em uma cultura heteroformativa. Isso, por sua vez, pode representar uma postura separatista escolar, que pode levar em consideração aspectos do senso comum para a construção de valores institucionais escolarizados. O respondente, então, parece assumir uma construção discursiva assujeitadora (DIAS, 2005; BAKHTIN, 2003).

Ao serem perguntados “O que você acha da utilização da linguagem neutra e inclusiva na escola?”, dentre as respostas obtidas, os respondentes elencaram as seguintes justificativas:

Acho necessária, mas ainda não temos maturidade o suficiente para conversar sobre. Falamos em inclusão e linguagem neutra, pq antes da inclusão, existe a exclusão. Respeitar a liberdade de expressão individual e coletiva é respeitar os direitos fundamentais da constituição e da sociedade. Precisamos falar mais sobre esses conceitos e temas e saber dialogar e educar as classes mais conservadoras, trocando experiências pelo afeto.

O gestor respondente entende que a linguagem neutra e inclusiva seja necessária às práticas escolares pós-modernas. Todavia, ressalta a falta de “maturidade” da sociedade escolarizada em tratar esta temática na prática, partindo da premissa de que ainda faltam desenvolver questões ligadas ao respeito e à liberdade de expressão. Segue afirmando que é necessário falar mais sobre isso, utilizando o afeto como argumento eficiente nas discussões sobre diversidade sexual.

Do ponto de vista dos DH, fica evidente que a permanência de alunos trans no ambiente escolar ainda é fator obscuro nas práticas institucionais. Nesse caso, parece retomar a concepção de exclusão como principal fator para o desencadeamento de situações de violência homofóbica na escola (SARTORI, 2020; CARVALHO, 2007; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004).

No que se refere às teorias enunciativas, há um subentendido de que as práticas relacionais entre os sujeitos escolares são permeadas por conflitos, uma vez que estes não apresentam preparo para lidar com a diversidade. Isso, por sua vez, parece soar como uma espécie de silenciamento dos discursos escolares difundidos socialmente, os quais reverberam a ideia de escola como instituição fluida e inclusiva como elemento base das relações interpessoais. Assim, apresenta uma ideologia disjuntiva entre a teoria das PP em relação a sua prática efetiva e sistematizada (PEREIRA, 2020; FIORIN, 2011; ORLANDI, 1996; BAKHTIN, 2006).

Acho complexa, muitos são os fatores que permeiam a mudança de linguagem, seja na escola ou em qualquer outra área social, penso, igualmente, no direito da pessoa heterossexual utilizar a expressão “feminino ou masculino”, além de uma suposta implicação de mudança da gramática, dentre outros. Tomando como base a ciência da natureza, em termos biológicos, o gênero é definido pelas estruturas física da pessoa ao nascer, ainda não está ao meu alcance pensar de forma diferente, assim entendo que a

pessoa ao assumir sua orientação sexual, tb deve assumir o seu gênero de identidade, salvo engano, a lei lhe faculta essa escolha, ou pelo menos deveria já que até o próprio nome pode ser mudado, a partir dessa condição sua inclusão social está garantida do ponto de vista jurídico. Agora, na perspectiva social não vejo que a mudança para uma linguagem neutra garanta a inclusão ou exclusão, o que a meu ver requer outras ações que possam levar a sociedade a outro nível de amadurecimento, e aceitação de igualdade.

O fragmento acima revela a fala de um gestor que acredita que ser complexa a discussão sobre linguagem neutra no espaço escolar. Na visão do respondente, há uma dimensão socialmente heterossexual, responsável por introjetar historicamente a dicotomia feminino x masculino. Esta, por sua vez, representa valores biológicos, o qual pode sugerir alguma dificuldade. Mais adiante, o respondente enfatiza que não acredita que uma mudança no eixo gramatical da Língua Portuguesa possa garantir a inclusão de pessoas homoafetivas em domínios sociais.

No cenário investigativo dos DH, há uma discussão latente no que concerne à assimetria entre os fatores biológicos e psicológicos da pessoa trans ou homoafetiva em geral. Nesse sentido, é possível dizer que a permanência do aluno na escola, implicitamente, pode ser dificultada, partindo do princípio de uma visão genitalista do universo escolar, a qual parece ter dificuldade de se fundir às discussões já existentes nas práticas científicas dos DH (COMPARATO, 2008; CARVALHO, 2007; CANÇADO, 1993).

Nesse sentido, a AD amplia esta interpretação, pois nos convida a pensar acerca das projeções discursivas do respondente. A partir de aspectos enunciativos, é possível notar a falta de conhecimento representativo do gestor, ao desconhecer a representatividade das identidades de gênero a partir das marcas linguísticas. Nesse caso, é possível perceber uma sobreposição de discursos, os quais parecem agir de maneira excludente, pois o sujeito de pesquisa lida, aparentemente, com a ideia de inclusão e exclusão ideológica (FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

Ao responderem à pergunta “*Qual banheiro a travestis deve usar na escola?*”, os gestores elencaram as seguintes justificativas:

Enquanto mulher cisgênera só posso teorizar sobre o melhor banheiro para uma travesti. Abstraindo sobre o tema e com base no que já escutei de travestis e pessoas trans, um banheiro sem gênero se adequaria a todos os corpos, tal como os da residência. Isso traria menos divisão de gênero a longo prazo, mas também geraria grande resistência por parte de quem é mais cisheteronormativo.

O respondente acima se sente confortável em sugerir um banheiro apenas para um aluno travesti, ao considerar que seu local de fala é de uma “mulher cisgênera”. A partir desse argumento, justifica que o mais adequado seria um banheiro sem denotação de gênero, ainda acreditando que esta medida pode provocar uma grade resistência por parte da comunidade cisheteronormativa. No decorrer do fragmento, há também a tentativa de representação gráfica da linguagem neutra por parte do respondente.

Para os DH, há um reconhecimento da escola como um espaço com fortes tendências à violência homofóbica, a partir dos entendimentos do gestor respondente. Nesse sentido, a percepção de permanência parece esvair na sugestão do gestor, partindo do princípio de que, ainda reconhecendo a possibilidade de resistência, este não propõe uma medida de amenização da problemática (SARTORI, 2020; COMPARATO, 2008; ABRAMOVAY; CASTRO, 2004).

Do ponto de vista discursivo, o lugar de fala do respondente parece revelar uma visão positivista e autoafirmativa no que se refere à construção de identidades de gênero na escola. Nesse contexto, ao se colocar como mulher cisgênera, a gestora parece apagar o leque de possibilidades de visão ao assumir-se um ser humano capaz de pensar em diferentes caminhos. A demarcação do lugar de fala a partir do seu gênero atua como argumento desvozeador das práticas relacionais no espaço escolar, o que realça o olhar dualista de uma cultura heteroformativa (BAKHTIN, 2003; BAKHTIN, 1984).

Na minha opinião é o banheiro onde se sintam confortáveis. Acontece que a sociedade atual não está preparada para tal situação ocasionando desconfortos, brigas entre alunos e pais.

No fragmento acima, o respondente sugere que o aluno trans pode utilizar o banheiro que melhor se represente a sua identidade de gênero. Entretanto, pontua também que a

sociedade pode não estar preparada para isso, podendo causar desconfortos e brigas, além de caracterizar uma possível desavença entre alunos e pais.

Mais uma vez, a permanência na escola parece ser um universo cheio de entraves e dificuldades. Nesse caso, os DH parecem se tornar um verdadeiro problema à escola que, de acordo com o fragmento, parece se estabelecer como uma verdadeira trincheira entre o pensar e o fazer PP (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004; CANDAU, 2003).

Por fim, ideologicamente, temos uma tentativa de apagamento das responsabilidades da escola como instituição formativa e social. Isso pode ser notado quando o gestor parece desconsiderar a presença da escola em uma possível briga em razão do uso do banheiro, ao enfatizar que este conflito seria entre alunos e pais. Isso, por sua vez, se apresenta como uma estratégia discursiva de descentralização da escola como instituição genuinamente social, com vistas a amenizar suas projeções de responsabilidade diante de um possível conflito (BRAIT, FIORIN, 2011; DIAS, 2005; ORLANDI, 1996).

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos um percurso analítico-descritivo a partir das concepções de gênero e diversidade sexual a partir de olhares de gestores da educação dita formal. A partir disso, foi possível perceber muitas disjunções entre os discursivos propagados pelas PP educacionais, especialmente no que se refere à ideia de permanência escolar de alunos transexuais e travestis no ambiente escolar.

A partir disso, retomemos à pergunta de pesquisa elencada na introdução deste artigo. A referida problemática nos convida a pensar acerca da indagação: *O que revelam os discursos de gestores escolares no que se refere à permanência de alunos transexuais e travestis nos domínios da educação formal?*

As análises dos dados de pesquisa nos permitem dizer que a referida problemática de pesquisa foi respondida de maneira satisfatória. Isso porque identificamos a projeção de discursos que reverberam a dificuldade da permanência de alunos trans na escola, apontando para hiatos ainda não reparados pelas PP brasileiras (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020).

Em síntese, a partir disso, também podemos afirmar que os desdobramentos discursivos identificados nos dados apontam também para uma espécie de tentativa de apagamento das

responsabilidades da escola, enquanto instituição genuinamente social no que compete às discussões sobre diversidade sexual e identidades de gênero. Há, nesse sentido, estratégias discursivas que versam sobre uma afirmação de uma ideologia heteroformativa, a qual, historicamente, mantém uma relação com o crescimento da violência homofóbica nas escolas (BEZERRA, 2014; BLOMMAERT, 2014; BAKHTIN, 1984).

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.; SILVA L. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 13, abril, 2013.
- BAKHTIN, M. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. London: University of Minnesota Press, 1984.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.
- BAUMAN, Z. *Vida para o Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- BEZERRA, P. Polifonia. In.: BRAIT, B. (org). *BakhtIn: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 191-200.
- BLOMMAERT, J. Ideologias Linguísticas e Poder. In.: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (orgs). *Nova Pragmática: Modos de fazer*. São Paulo/SP: Cortez, 2014. p. 67-77.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRAIT, B. Alguns Pilares da Arquitetura Bakhtiniana. In.: BRAIT, B. (org). *BakhtIn: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 7-10.
- CANÇADO, A. A. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos – Volume II*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1993.

- CANDAU, V. M. F. A Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, V.M.F.; SACAVINO, S. (Org.). *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CARVALHO, J. S. Uma idéia de formação continuada em educação e Direitos Humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação e Direitos Humanos: Fundamentos teóricos metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- COMPARATO, F. K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo, Saraiva, 2008.
- CUNHA, D. C. da. Formas de presença do outro na circulação dos discursos. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 116-132, 1º semestre 2011.
- DIAS, L. F. Significação, e Forma Linguística na Visão de Bakhtin. In.: BRAIT, B. (org). *BakhtIn: Dialogia e Construção do Sentido*. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 99-107.
- FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In.: FAZENDA, I (org). *O que é Interdisciplinaridade?* São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 17-28.
- FIORIN, J. L. A Linguagem em Uso. In.: FIORIN, J. L. (org). *Introdução à Linguística: Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 165-186.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2013.
- LIMA, S. R. A. de. Mais Reflexão, Menos Informação. In.: FAZENDA, I. (org). *O que é Interdisciplinaridade*. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 185-199.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PEREIRA, B. G. Dialogisme Bakhtinien en Confluence Avec La Sociopragmatique Danoise Perspectives en Langue Appliquée. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, p. 89531-89543, 2020.
- PEREIRA, B. G. Dialogismo Bakhtiniano e suas Interfaces com a Sociopragmática. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, v. 01, p. 30-43, 2016.
- PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. *Metodologia da Pesquisa*. Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.
- SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. *Rev. Bras. Psico. e Educ.*, Araraquara, v. 23, n. 00, e022001, jan./dez. 2022.

SARTORI, T. L. *Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar: A Concepção dos Gestores*. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Recebido em: 22 ago. 2022

Aceito em: 05 maio 2023